

NESTA EDIÇÃO**Abrasca participa do Fórum EFD-REINF,
sobre representação na DCTFWeb, 2****Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018, 2****CVM vai emitir parecer sobre criptomoedas, 3****Limpeza da base de dados do ambiente de produção restrita
do eSocial aconteceu em 18/04, 3****Receita da CVM não é aplicada na própria autarquia, 4****Notas S&C, 4***Mattos Filho é reconhecido pelo Latin Lawyer**S&P coloca nota de crédito da JBS em “creditwatch”**CSN: venda de ativos nos EUA**Usiminas reativa forno para atender aumento de demanda**Carrefour vai captar R\$ 1,5 bilhão em debêntures**Embraer entrega 25 jatos***Gente, 4***Mudança na diretoria da Embraer e da Natura***Fundos de pensão têm rentabilidade de 11,36%
e patrimônio soma R\$ 838 bilhões, 5****Setor privado conta com menos de 30% da poupança
doméstica para financiar seus investimentos, 5****Semana no Congresso, 5****Expediente**

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.Abrasca.org.br - Abrasca@Abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim

Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho - 3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Abrasca participa do Fórum EFD-REINF, sobre representação na DCTFWeb

A Receita Federal do Brasil realizou no dia 6 de abril o Fórum EFD-REINF com as empresas piloto do Grupo de Trabalho do SPED, em Belo Horizonte. A reunião teve o objetivo de apresentar uma atualização sobre o andamento do projeto, além de dirimir as dúvidas das empresas e esclarecer aspectos técnicos.

O encontro aconteceu no Serpro-BH. Marcelo Moro, Valquíria Figueiredo (Cemig) e Max Kfourri (Kinross) representaram a **Abrasca**.

Os seguintes assuntos foram motivos de debate. Veja abaixo:

1) Termo de cooperação

As empresas que estão participando do grupo Piloto devem fazer a Assinatura do Termo de Cooperação e encaminhar assinado. Sem este documento não poderão continuar no processo.

2) Atualizações – EFD-REINF – Eventos de obrigatoriedade em maio e e-social:

- Não haverá mais versões novas até a entrega da obrigação. A última ocorreu no dia 05/04/2018 com alteração apenas em regra de validação.

- Nos eventos R2010 E R2020 os valores de retenção serão aceitos arredondamento de R\$ 0,01. Já para a DCTF, eventos 5001 e 5011 os valores são truncados (sem arredondamentos).

- Arredondamento somente para retenções.

- Resolvido o problema das Agroindústrias de incompatibilidade na classificação tributária.

3) Alterações EFD-REINF – Futuros eventos

- O bloco R2070 será dividido em dois leiautes diferentes: um será utilizado para Pessoas Físicas e outro para Pessoas Jurídicas, devido a peculiaridade dos dois processos. Haverá alteração inclusive nomenclatura deste bloco.

- A DIRF não é o modelo a ser seguido, é simplesmente uma referência.

- A meta para liberação deste novo leiaute é o final do mês de abril.

4) DCTF-Web

A homologação da integração da EFD-REINF com DCTF foi com sucesso.

5) Sugestão dos participantes do grupo piloto

Compartilhar em um link único as dúvidas. Será encaminhado um e-mail com acesso apenas para os participantes do Grupo.

6) Tratativa MEI no e-social

- O MEI possui um Portal Próprio para o cumprimento de suas obrigações. Enviar para o e-social contratações do MEI (1200) remuneração mediante NF quando forem relacionadas as 5 atividades contidas no Manual.

- O pagamento é efetuado na Pessoa Jurídica e não na Pessoa Física – pode-se encaminhar o evento 1200 sem o 1210. Foi solicitado à SERPRO que insira mais detalhes no Manual.

7) Lista de erros

Foi solicitado a atualização da lista

de erros constantes no site.

8) Problemas de recuperação de recibo

Em relação ao e-social, vai haver uma alteração no Portal com esta possibilidade. O EFD-REINF ainda será avaliado.

9) Arquivo versão 1.3

O arquivo da versão 1.3 não está sendo gerado com a data e hora no momento do envio dos eventos. Isto é importante para a TI. O Serpro ficou de verificar e atualizar.

10) Algumas pessoas relataram problemas no evento 2060

O grupo de homologação ficou de efetuar testes.

11) Evento 2099 – Retificação

Este evento sobrescreve o anteriormente enviado, cujo arquivo deve contemplar todas as informações da empresa tanto no sistema eSocial quanto na EFD-REINF.

12) Evento 2098

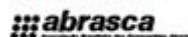
Algumas pessoas relataram que estão tendo problemas com a velocidade de recepção e envio no ambiente externo. O Serpro analisará a questão e testará o tempo de resposta.

13) Canal de perguntas

Houve reclamações referentes a demora de resposta do canal de perguntas. O Serpro informou que está ampliando a equipe para reduzir esse tempo.



REALIZAÇÃO:



As inscrições estão abertas! Acesse www.encontroderi.com.br e participe!

14) Dificuldades com a tabela 6

Esta tabela não é campo obrigatório nas Notas Fiscais de Serviços. O Serpro informou que necessitará alguns ajustes na IN 971 para inclusão desta obrigatoriedade.

15) Alterações de layout

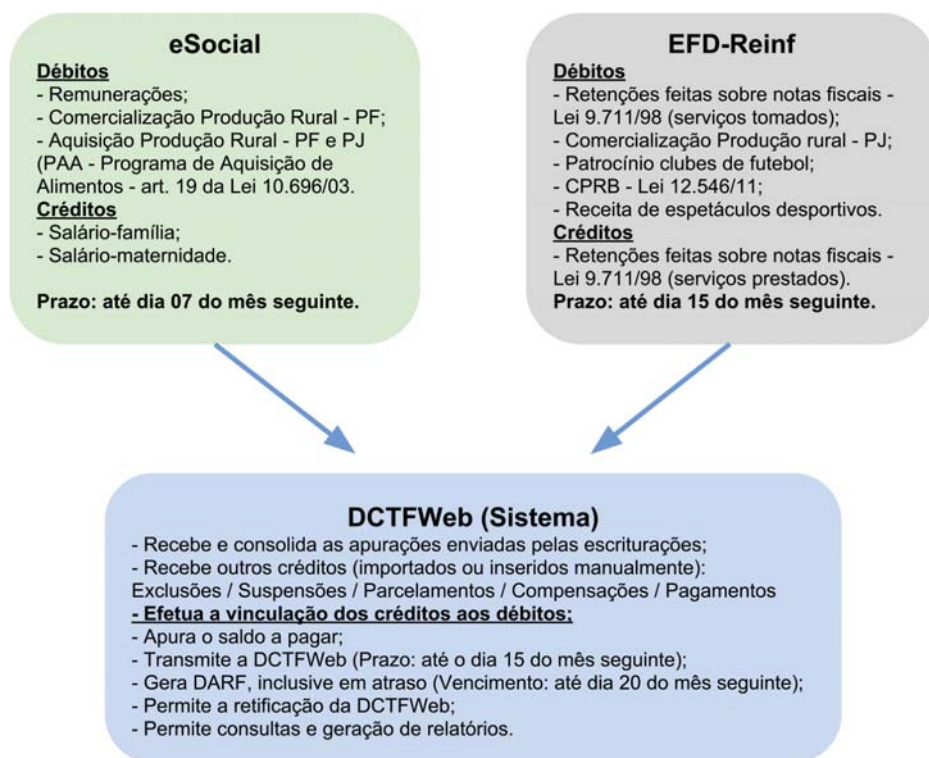
Houve uma discussão para verificar a possibilidade de manter duas versões de layout concomitantes em produção, como acontece com a NF-e. No entanto, ficou decidido que valerá somente o layout mais recente e a Receita Federal se comprometeu a disponibilizar a publicação com antecedência.

16) Apresentação da DCTF-Web – Manual
Já está disponível desde janeiro de 2018, no link: <https://goo.gl/UCQwCh>.

- Utilização e-cac – Certificação Digital;
 - Necessidade de procuração Digital;
- (haverá dois perfis, um para consulta e outro para consulta e edição)
- No momento está liberado apenas para os dados previdenciários;
 - Não existirá DARF avulso, somente através do sistema DCTF-WEB.

Fluxo de informações:

Será realizado um seminário sobre o assunto no primeiro semestre de 2018: Pocket EPC Atualiza Sped.



CVM vai emitir parecer sobre criptomoedas

Daniel Maeda, superintendente de Relações com Investidores Institucionais da CVM, em um evento no Insper sobre fintechs, anunciou que a autarquia vai divulgar em maio um parecer de orientação a gestores de fundos de investimento em criptomoedas. O objetivo é dar maior segurança jurídica aos interessados em investir indiretamente nessa espécie de ativo no exterior. O documento deve complementar ofício-circular divulgado pela autarquia em janeiro desse ano, pelo qual ficou determinado que gestores de fundos não poderiam investir diretamente em criptomoedas. O investimento indireto, contudo, é permitido.

Limpeza da base de dados do ambiente de produção restrita do eSocial aconteceu em 18/04

Procedimento se deu para reinicialização do NSU e foi necessário para adaptação dos sistemas

No dia 18 de abril, o ambiente de produção restrita passou por uma limpeza da base de dados. As empresas que enviaram eventos nesse ambiente de testes deverão reenviá-los posteriormente. Para realização da limpeza, o sistema ficou indisponível das 09h às 18h do dia 18.

Este procedimento se deu para a reinicialização do NSU – Número Sequencial Único, operação necessária para adaptação dos sistemas dos entes do eSocial. Com isso, os números de protocolo dos lotes de envio de eventos gerados pelo sistema a partir de então foram zerados e recomeçaram sua contagem.

Os usuários deverão ficar atentos a essa questão técnica, para evitar eventual problema de compatibilidade dos seus próprios sistemas.

Fonte: Portal eSocial

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018

| Evento | Data | Local |
|---------------------------------|-------------|----------------|
| Reunião do Conselho Diretor/AGO | 03/05/18 | São Paulo |
| Reunião da Diretoria | 07/06/18 | São Paulo |
| Reunião da Diretoria | 26/07/18 | Rio de Janeiro |
| Reunião do Conselho Diretor | 30/08/18 | São Paulo |
| Reunião da Diretoria | 04/10/18 | São Paulo |
| Reunião do Conselho Diretor | 29/11/18 | São Paulo |

Receita da CVM não é aplicada na própria autarquia

Dados retirados do Portal da Transparência, mostraram que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem sendo usada pelo Governo para diminuir o déficit público. Segundo o levantamento feito pela reportagem do jornal O Globo (publicada em 22 de abril), a autarquia gerou R\$ 1,36 bilhão em excedentes de receitas desde 2009 e o repasse ao governo federal aumentou ao longo dos anos. Se, em 2014, a CVM ficou com 72,1% das receitas, em 2017 o montante diminuiu para 47,2%, conforme mostra a tabela abaixo.

Especialistas avaliam que restrições podem representar risco para a economia pois a CVM tem como responsabilidade fiscalizar o mercado, coibindo e punindo irregularidades. Mais de 85% das receitas vêm da taxa de fiscalização paga por companhias abertas, bancos, corretoras e fundos.

Para advogados que acompanham a CVM, a autarquia deveria poder usar toda a verba da taxa de fiscalização, já que ela tem objetivo predeterminado. Carlos Augusto Junqueira, do escritório Cescon Barriou Advogados afirma que "É um tributo vinculado. Não é um imposto. A taxa tem objetivo específico, e o Estado arrecada dizendo como vai gastá-la. O mercado gosta de pagar

a taxa. O que ele não gosta é de ser *tungado*". Acrescenta que, pelo artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, "os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação."

A autarquia passa também por um déficit de funcionários. Este ano, o quadro corre o risco de retroceder aos níveis de "criticidade" que passou em 2009. Apesar do déficit de pessoal, mais de 85% do orçamento são gastos com funcionários e aposentados. Só R\$ 2 milhões aparecem como "investimentos", segundo o Portal da Transparência.

Procurada pela reportagem, a CVM disse que "como a administração pública federal como um todo, observa regras constitucionais, legais e regulamentares" e "atua, permanentemente, para ver contemplado no seu orçamento recursos necessários para o desempenho de seu mandato legal".

Segundo o Ministério da Fazenda, as receitas integram o Orçamento da União "e, como tal, constituem fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e às demandas da sociedade."

Evolução das Contas da CVM

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018* |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Receita não utilizada | 30,2% | 34,5% | 27,9% | 35,2% | 53,2% | 52,8% | 76,2% |

* Até 20/04/18

Notas S&C

Mattos Filho é reconhecido pelo Latin Lawyer em cerimônia do Deal of the Year Awards

O escritório associado da **Abrasca** foi premiado na cerimônia anual do Deal of the Year Awards, realizada pela instituição britânica Latin Lawyer e conquistou as categorias **Private equity**, pela representação da Petrobras na venda do controle da NTS para um consórcio de investidores liderados pela Brookfield, como parte de seu programa de desinvestimento e **Restructuring**, pela assessoria ao Citibank na análise e negociação dos pla-

nos de recuperação judicial propostos pela Odebrecht Óleo e Gás no Brasil.

A Latin Lawyer destaca as mais importantes operações e iniciativas dos escritórios de advocacia da América Latina.

S&P coloca nota de crédito da JBS em "creditwatch"

A Standard & Poor's colocou em "creditwatch" a nota de crédito da JBS e de sua unidade norte-americana JBS USA, citando proximidade de vencimentos e negociações da empresa com bancos para refinanciamentos. A indicação creditwatch significa que a agência poderá cortar ou elevar a nota da JBS

dependendo do resultado das negociações das empresas com os bancos.

CSN: venda de ativos nos EUA

A CSN confirmou que avalia alternativas de desinvestimento, o que pode incluir a venda de ativos nos Estados Unidos. A empresa se pronunciou após ser questionada pela CVM sobre matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, informando que a empresa estaria em negociações avançadas para venda de usina nos EUA à Steel Dynamics por US\$ 250 milhões.

Usiminas reativa forno para atender aumento de demanda

Usiminas reativou o alto forno 1 da Usina de Ipatinga, em Minas Gerais, que estava desligado desde 2015. A decisão foi tomada em função da recuperação do consumo de aço, puxada em grande parte pelo setor automobilístico, que prevê crescimento em 2018. O alto forno 1 tem capacidade para 650 mil toneladas anuais de ferro gusa.

Carrefour vai captar R\$ 1,5 bilhão em debêntures

O Carrefour Brasil informou o conselho de administração aprovou a emissão de R\$ 1,5 bilhão em debêntures simples. O objetivo da emissão, que será feita em duas séries, é alongar o perfil das dívidas da empresa.

Embraer entrega 25 jatos

A Embraer entregou 14 jatos comerciais e 11 executivos no primeiro trimestre deste ano, e encerrou o trimestre com 421 pedidos firmes para serem entregues na aviação comercial. Os jatos comerciais foram entregues para companhias aéreas nos Estados Unidos, Europa e Ásia Pacífico.

Gente

Mudança na diretoria da Embraer e da Natura

O conselho de administração da Embraer elegeu **Nelson Salgado** como novo vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores, no lugar de José Antonio Filippo, que renunciou ao cargo. Filippo vai assumir a diretoria Financeira e de Relações com Investidores da fabricante brasileira de cosméticos Natura.

Fundos de pensão têm rentabilidade de 11,36% e patrimônio soma R\$ 838 bilhões

EFPCs pagam benefício médio mensal de R\$ 5.882

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) obtiveram rentabilidade de 11,36% no acumulado de 2017, bem acima da taxa padrão de 8,86%. Além disso, somaram R\$ 838 bilhões em ativos, o que representa 12,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

A rentabilidade acumulada de 2003 a 2017 foi de 641,45%, também superior à meta atuarial do período (476,24%). Os dados são do consolidado estatístico da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP).

O levantamento mostrou também que o valor médio mensal dos benefícios pagos pelas EFPCs no ano passado foi de R\$ 5.882 por mês.

Outro destaque do estudo foi o crescimento dos fundos instituídos (aqueles formados pelas instituições de classe como cooperativas, sindicatos e associações), que passaram a somar 250,3 mil participantes ativos, três vezes mais que o total de 2010 (84,9 mil pessoas). O patrimônio desses fundos alcançou R\$ 9,748 bilhões no ano passado, em comparação a R\$ 1,018 bilhão em 2010.

Para baixar o consolidado estatístico, acesse o link: <https://goo.gl/YhTM4v>.

Setor privado conta com menos de 30% da poupança doméstica para financiar seus investimentos

Estudo do CEMEC mostra que crowding out da poupança pelo déficit público brasileiro superou a marca de 70%

No final de 2017 a parcela da drenagem financeira promovida pelo descontrolado dos gastos públicos no Brasil atingiu o patamar recorde de 72,2% de toda a poupança acumulada no sistema ban-

cário. Recursos que vem sendo captados pelo sistema financeiro que deveriam estar sendo direcionados para investimentos produtivos e para a geração de empregos estão sendo utilizados para financiar os gastos públicos brasileiros. O estudo foi coordenado pelo economista Carlos Antônio Rocca, diretor do Centro de Mercado de Capitais (Cemec), que falou ao jornal Valor Econômico de 18 de abril destacando a aceleração deterioração das finanças do setor público no Brasil.

Segundo Rocca, esse movimento vem ocorrendo em detrimento da financiabilidade do setor privado que, nesse cenário, fica com menos de 28% do dinheiro levantado pelas instituições bancárias para financiar seus investimentos.

Em 2014, por exemplo, os títulos públicos representavam 37% da carteira dos investidores institucionais, a menor fatia desde 2007; em 2017, esse número atingiu 52%. A dívida pública bruta em relação ao PIB subiu de pouco menos de 51% do PIB em 2013 para mais de 73% do PIB no fim de 2017, aponta o Cemec. No mesmo período, o endividamento de empresas e famílias passou de 60% para 56,3% do PIB, tendo atingido 64,5% do PIB em 2015. Com isso, a participação do setor público aumentou entre 2013 e 2017 de 47% para 57% do endividamento total (a soma da dívida pública com a privada).

Rocca afirma que esses números mostram a intensidade do "crowding out" do setor privado pelo déficit público: uma "expulsão" do tomador de recursos privado na medida em que o setor público possui um perfil de crédito superior ao do setor privado pela sua capacidade de financiar despesas também com a emissão de moeda. Não à toa, observa Rocca, as empresas privadas têm enfrentado crescentes dificuldades de financiamento.

O estudo do Cemec mostra ainda que a redução da financiabilidade do setor privado vem ocorrendo, inclusive, a despeito da elevação da poupança doméstica bruta que no último ano evoluiu quase 1 ponto percentual do PIB saindo de 13,9% para 14,8% do Produto.

Acesse a Nota 03/2018, divulgada no S&C 1395, com o título "Relatório Trimestral de Financiamento dos Investimentos no Brasil" no link: <https://goo.gl/cQxEmt>.

Veja a íntegra da matéria do Valor em: <https://goo.gl/4QiCb3>.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **23 a 27 de abril de 2018**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

- **Incentivos ao Setor de Informática e Automação. Comércio Internacional.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 810/2017 que altera a Lei da Informática Nacional e a Lei nº 8.387/1991 (Lei de Informática da Suframa). **Acesse em:** <https://goo.gl/xRQcmQ>.

- **Comercialização de Hidrocarbonetos pela PPSA.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 811/2017 que altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, (Lei que cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PPSA) para dispor sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. **Acesse em:** <https://goo.gl/WKZVAG>.

Comissões

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia ("CINDRA")

- **Audiência Pública. Descumprimento Ambiental.** A CINDRA realiza em 24 de abril, às 14 horas, audiência pública para debater sobre o descumprimento das condicionantes ambientais, por parte do Consórcio Norte Energia, na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Xingu. Foram convidados os senhores Carlos Eduardo Barbosa Paz (defensor público-geral da União), Daniel César Azeredo Avelino (procurador da República), José Megale Filho (chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará), Paulo Roberto Ribeiro Pinto (diretor-presidente do Consórcio Norte Energia S/A), e as senhoras Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo (presidente

do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Carolina Reis (advogada do Instituto Sócio Ambiental - ISA de Altamira) e Daniela Soares da Silva (representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre).

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza em 24 de abril, às 14h30, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, o seguinte projeto:

• **Rádiodifusão. Alterações Societárias.** O Projeto de Lei nº 2.088/2015 altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para tratar das alterações societárias de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão. O relator desse projeto é o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). **Acesse em:** <https://goo.gl/c4ikFS>.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 1.292/1995 – Licitações

• **Audiência Pública. Licitações.** A Comissão Especial realiza em 24 de abril, às 14h30, audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 1.292/1995, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da administração direta e indireta. Foram convidados os senhores Ermínio Alves de Lima Neto (vice-presidente institucional da Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE), Thiago José Galvão das Neves (pró-reitor da UFPE), Murilo Celso de Campos Pinheiro (presidente da Federação Nacional dos Engenheiros – FNE), José Raimundo Braga Coelho (presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB), Rudimar Barbosa dos Reis (presidente do Instituto Negócios Públicos), Rodrigo Alberto Correia da Silva (presidente da filial de São Paulo da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil – BRITCHAM), e as senhoras Luciana Dutra de Souza (presidente da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes – ANETRANS) e Alécia Paolucci Nogueira Bicalho (especialista em direito público do Cescon Barriue Advogados).

• **Audiência Pública. Licitações.** A Comissão Especial realiza em 25 de abril, às 14h30, audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 1.292/1995, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da administração direta e indi-

reta. Foram convidados os senhores Rodrigo Pagani de Souza (professor de Direito Administrativo da faculdade de Direito da USP e da FGV/SP), André Marques Gilberto (advogado especialista em direito administrativo e concorrencial), Ciro Campos Christo Fernandes (professor na Escola Nacional de Administração Pública), Fabrício Motta (presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDAP), Marcelino Rodrigues Mendes Filho (presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais – Anafe), Victor Aguiar Jardim de Amorim (preegoeiro do Senado Federal), Ronny Charles (coordenador da Comissão Permanente de Licitações da Consultoria Geral da União), Anderson Sant’Ana Pedra (procurador do Estado do Espírito Santo), Rafael Mario Sebben (vice-presidente Regional da Federação Nacional das Empresas de Tecnologia da Informação) e a senhora Irene Nohara (advogada e professora da Universidade Mackenzie de São Paulo).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3.139/2015 – Seguros Privados

• **Seguros Privados.** A Comissão Especial realiza em 24 de abril, às 14h30, reunião deliberativa para apreciação e votação do relatório do deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP) no Projeto de Lei nº 3.139/2015, que trata dos requisitos para que as sociedades anônimas e as cooperativas atuem no mercado de seguros.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 9.463/2018 – Desestatização da Eletrobrás

• **Audiência Pública. Eletrobrás. Transposição do Rio São Francisco.** A Comissão Especial realiza em 24 de abril, às 14h30, audiência pública para debater, no âmbito do Projeto de Lei nº 9.463/2018, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobrás, o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Foram convidados os senhores Sinval Zaidan Gama (presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF), Wilson Nélio Brumer (presidente do Conselho da Fundação RENOVA), Ailton Francisco da Rocha (diretor-executivo da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe), e Vicente Andreu Guillo (Ex-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA).

Grupo de Trabalho Mercado de Debêntures no Brasil (“GTDEBEN”)

• **Audiência Pública. Debêntures.** O Grupo de Trabalho realiza em 24 de abril, às 14h30, audiência pública para debater o mercado de debêntures no Brasil. Foram convidados os senhores José Franco Medeiros de Morai (subsecretário da Dívida Pública – Secretaria do Tesouro Nacional), João Gualberto Rocha (consultor da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC), Flávio Pinheiro de Castelo Branco (gerente executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI) e Ilan Goldfajn (presidente do Banco Central).

Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa

• **Audiência Pública. Economia Colaborativa.** A Comissão Especial realiza em 24 de abril, às 15h30, audiência pública para debater a Economia Colaborativa Transversal. Foram convidados os senhores Henrique Lian (diretor de relações institucionais e mídia da Associação PROTESTE), Guilherme Mendes Resende (economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos - DEE/CADE), Vitor Magnani (presidente da Associação Brasileira Online to Offline ABO20), bem como representantes da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria de Acompanhamento Eletrônico (SEAE/ Ministério da Fazenda).

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS realiza em 25 de abril, às 9h30, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, o seguinte projeto:

• **Sociedade por Ações. Acesso a Lista de Acionistas.** O Projeto de Lei nº 6.480/2016 altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), para prever o direito de acesso à lista de acionistas. O relator desse projeto é o deputado Covatti Filho (PP-RS). **Acesse em:** <https://goo.gl/PCtS5f>.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6.621/2016 – Agências Reguladoras

• **Audiência Pública. Agências Reguladoras.** A Comissão Especial realiza em 25 de abril, às 14h30, audiência pública para debater o Projeto de

Lei nº 6.621/2016 que trata da gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Foram convidados os senhores Dyogo Oliveira (presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Pedro Ivo Sebba Ramalho (diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA).

SENADO FEDERAL

Comissões

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

• **Audiência Pública. Spread Bancário.** A CAE realiza em 24 de abril, às 10 horas, audiência pública para debater a inovação e competição nos novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira). Foram convidados os senhores Murilo Portugal (presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN), Vinícius Carrasco (economista-chefe da Stone) e Bruno Magrani (relações institucionais do Nubank).

Comissão Mista da Medida Provisória nº 818/2018 – (“CMMPV 818/2018”)

• **Mobilidade Urbana.** A CMMPV

realiza em 24 de abril, às 15 horas, reunião deliberativa para apreciação do relatório do deputado Fausto Pinato (PP-SP) na Medida Provisória nº 818/2018, que trata sobre mobilidade urbana. **Acesse em:** <https://goo.gl/2akgfM>.

Comissão Especial do Projeto de Lei do Senado nº 487/2013 – Reforma do Código Comercial

• **Audiência Pública. Código Comercial.** A Comissão Especial realiza em 25 de abril, às 14h30, audiência pública para debater a melhoria do ambiente de negócios no Brasil, conforme convenções internacionais. Foram convidados os senhores Márcio Guimarães (promotor de justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), Walfrido Jorge Warde Jr. (presidente do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa), Felipe Fabro (representante da Confederação Nacional do Comércio), Marcelo Fernandes Trindade (Representante da Confederação Nacional da Indústria).

NOVOS PROJETOS DE LEI

Seguem abaixo as novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que são de interesse ao ambiente empresarial.

Câmara dos Deputados

• **Créditos Tributários. Produtos Provenientes do Exterior.** O Projeto de Lei nº 10.037/2018 altera a Lei nº 12.016/2009 (Lei do mandado de segurança) para permitir a concessão de liminar para autorizar a compensação de créditos tributários e a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior. **Acesse em:** <https://goo.gl/1gjjdQ>.

• **Licitação de Material Hospitalar.** O Projeto de Lei nº 10.072/2018 estabelece procedimento licitatório simplificado para a aquisição de material de consumo médico-hospitalar mediante fornecimento direto dos fabricantes. **Acesse em:** <https://goo.gl/8USWCs>.

• **Fraude no Processo Licitatório.** O Projeto de Lei nº 10.086/2018 altera a Lei de Licitações para tratar do dano ao erário nos casos de fraude ao processo licitatório. **Acesse em:** <https://goo.gl/uEUxqD>.

• **Direito ao Esquecimento.** O Projeto de Lei nº 10.087/2018 altera o Marco Civil da Internet para dispor sobre o direito ao esquecimento de pessoas públicas. **Acesse em:** <https://goo.gl/SJE3fJ>.

SIMPLIFICAÇÃO DO DISCLOSURE DAS COMPANHIAS ABERTAS: REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DA EFICÁCIA

Suas ideias e sugestões poderão ser a base dos aperfeiçoamentos. Participe deste projeto da Abrasca.

Em colaboração com a CVM, a B3 e o CPC, a Abrasca convida suas associadas a trabalhar em conjunto no aperfeiçoamento da prestação de informações obrigatórias pelas companhias. O objetivo é melhorar a eficácia do processo de disclosure: redução do seu custo e aumento da eficiência, um diferencial competitivo para atração de investimentos.

Observe as dificuldades, deficiências, desperdícios, problemas e pontos passíveis de aperfeiçoamento. Envie suas sugestões ou solicite uma reunião pelo email simples@abrasca.org.br.

